

TRANSCRIÇÃO

S9393J1 - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE
ITAPETININGA 12_04_2018

14 de agosto de 2018

PARTICIPANTES

Vozes femininas identificadas: F1

José Bonifácio

Marcel Costa Sanches

José Sylvio Xavier

Eduardo Brandão

Paulo Arthur

TEMPO DE GRAVAÇÃO

01 horas, 49 minutos e 06 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

A Audiotext Serviços e Cia. Ltda se reserva o direito da imprecisão dos nomes escritos, uma vez que os locutores serão identificados conforme a pronúncia de seu nome. O cliente tem o direito de fazer quaisquer alterações que julgar necessárias tanto nas identificações aqui utilizadas quanto no conteúdo transcrito.

(INÍCIO)

[00:00:08]

F1: Senhores e senhoras, boa tarde. É com satisfação que a Arsesp - a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - os recebe para participação na audiência pública 02/2018 aqui em Itapetininga. As audiências públicas destinam-se a acolher subsídios e informações para as matérias em análise na agência. Visam também dar aos interessados oportunidade de se manifestarem verbalmente nos processos decisórios que repercutem na esfera de direitos dos consumidores, agentes econômicos dos setores de energia e saneamento e demais interessados da

sociedade, conforme dispõe a lei complementar 1025 de sete de dezembro de 2007. A audiência pública de hoje tem por objetivo a exposição de comentário, sugestões e a troca de informações que subsidiarão a deliberação a ser aprovada pela diretoria colegiada da Arsesp, que dispõe sobre a tarifa média máxima final PO referente à segunda revisão tarifária ordinária da companhia de saneamento básico do Estado de São Paulo, a Sabesp. O senhor Paulo Arthur Lencioni Góes, diretor de relações institucionais da Arsesp irá presidir essa audiência pública, cabendo-lhe decidir sobre as questões de ordem e eventuais manifestações acerca dos procedimentos adotados na audiência. A etapa de apresentações será iniciada pela Arsesp, que fará a explanação em até 30 minutos e, em seguida, a Sabesp ocupará o mesmo tempo. Ao final das apresentações abriremos para as manifestações dos inscritos, lembrando que o tempo para a manifestação de cada um será de até dez minutos respeitada a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento dessa audiência pública. Ressaltamos que o tempo para cada expositor poderá ser redimensionado em razão do número de inscritos. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o expositor será alertado quando faltarem dois minutos para o fim de sua intervenção. O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer perguntas aos expositores inscritos caso entendam necessários esclarecimentos adicionais. Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico, preservando-se, assim, a integridade do seu conteúdo. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas de modo que se possa atender de forma organizada todos os interessados. Registramos aqui a presença dos diretores da Arsesp senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, diretor de regulação econômico-financeira e de

mercados, senhor Paulo Arthur Lencioni Góes, diretor de relações institucionais, senhora Paula Campos, diretora de regulação técnica e fiscalização dos serviços de gás canalizado. Passo a palavra agora ao senhor Paulo Arthur Lencioni Góes, diretor de relações institucionais para dar início a esta audiência.

Paulo: Boa tarde a todos. É com grande satisfação que nós os recebemos hoje aqui para a audiência pública número 02 referente à segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp. Quero, inicialmente, registrar os nossos agradecimentos ao eminente vereador Antônio Edson Brun, presidente da Câmara Municipal de Itapetininga e que gentilmente nos cedeu esse espaço tão bem estruturado para que pudéssemos realizar esse importante evento que é a audiência pública na qual iremos debater com a sociedade aqui hoje os procedimentos relativos à segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp; registrar e agradecer também a presença do senhor Vagner de Souza, secretário de finanças do município aqui representando a prefeitura e a eminente perfeita; o senhor Agostinho dos Santos Junior, diretor de saneamento da secretaria de obras do município; registrar e agradecer aqui a presença de todos os que estão presentes aqui hoje, os colaboradores da Arsesp especialmente aqueles que se dedicaram a esse processo complexo de revisão tarifária, de análises das informações, enfim, das diretorias de saneamento, das diretorias econômico-financeira; à equipe da diretoria de relações institucionais, que também proporcionou, viabilizou a realização desse evento aqui, a área de comunicação e de convênios, em especial; cumprimentar meus colegas diretores de Arsesp, de Agência, o doutor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, diretor de regulação econômico-financeira e de mercados, doutora Paula Campos, diretora de regulação técnica e

fiscalização dos serviços de gás canalizado. Para nós, hoje, aqui, é o início do encerramento de um processo muito importante. A revisão tarifária, como sabemos, é fundamental. É uma das ferramentas e mecanismos importantes para que alcancemos os objetivos da regulação. Os objetivos: assegurar a motricidade tarifária, a qualidade do serviço, equilíbrio econômico-financeiro, a sustentabilidade do serviço. Hoje, aqui, é uma oportunidade para que a sociedade possa debater, saber quais as propostas que estão sendo colocadas e possa debater e colher contribuições. A Arsesp age de maneira transparente. Nós divulgamos aqui - e isso é importante frisar para toda a mídia local, jornais, rádio e televisão - a realização desse evento e para nós é importante poder colher hoje subsídios, informações, sugestões, críticas, que nos ajudem a melhorar a qualidade do serviço prestado pela Arsesp a aperfeiçoar a regulação. Quero consignar também e já deixar a doutora Paula como secretária dessa mesa e, sem mais delongas, passar a palavra ao doutor José Bonifácio de Souza Amaral Filho que irá apresentar no tempo assinalado as considerações da Arsesp sobre o processo de revisão tarifária. Doutor José Bonifácio com a palavra.

José: Obrigado. Boa tarde a todos. É com satisfação que estamos aqui hoje para apresentar para vocês nesta etapa final da revisão tarifária da Sabesp os resultados a que chegamos. Essa é a terceira audiência pública. Nós realizamos uma audiência pública na segunda-feira, cidade de São José dos Campos, na terça-feira em São Paulo e hoje estamos aqui fazendo em Itapetininga para trazer os resultados a que se chegou. A revisão tarifária ordinária é uma revisão tarifária, como diz o nome, que é realizada em determinado período de tempo. É uma revisão que periodicamente se realiza. Conforme o contrato de concessão, você faz a cada quatro, cinco

anos. No caso da Sabesp, as revisões tarifárias ordinárias são feitas de quatro em quatro anos. A legislação que regula toda essa atividade de fixação de tarifas e atividade da Arsesp - da agência reguladora - está indicada à lei federal 11.445, chamada Lei do Saneamento, à lei estadual complementar 1.025, que criou a Arsesp a partir da antiga comissão de serviço público de energia, que era uma comissão que foi criada em 1998, os convênios de cooperação diversos, que são firmados entre o Estado de São Paulo e os municípios que preveem o papel da Arsesp como a agência reguladora dos serviços de saneamento, que são de titularidade municipal e o conjunto de deliberações da Arsesp. Retornando: uma revisão tarifária ordinária é, neste momento, em que a agência reguladora analisa todos os custos que uma concessionária de serviços públicos incorre, verifica qual o volume de capital aplicado, o quanto está imobilizado nas redes de transporte de água, nos reservatórios, estações de tratamento de água ou tratamento de esgoto, etc. Ela analisa, enfim, todos esses custos que a concessionária tem, o capital aplicado, a remuneração desse capital aplicado e a sua recuperação ao longo do tempo e compara isso com o volume de serviços prestados, que aqui, no caso, é medido em termos de água tratada, distribuída e esgoto coletado. Após ver os custos, a remuneração do capital e a quantidade de esgoto, a agência calcula, então, um preço médio - o que nós chamamos de tarifa média-máxima, chamado PO: qual o preço médio por metro cúbico de água e esgoto. E esse preço médio, medido em reais, por metro cúbico é comparada com o nível de tarifas vigente. A partir daí verificamos qual é a diferença - se para mais ou menos - enfim, onde a revisão tarifária nos indica qual é a tarifa média que tem de ser obtida pela concessionária para manter o equilíbrio. Ou seja: recuperar seus custos, remunerar o capital aplicado e recuperá-lo. Além da

revisão tarifária ordinária, existe também, após a revisão e anualmente, o chamado reajuste tarifário, que é uma atualização do valor das tarifas que é feito por meio de um indicador da inflação. No caso, é o ICPA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo -, do IBGE, e aí a tarifa é anualmente corrigida pelo IPCA menos um percentual que é estimado, que é o ganho de eficiência e produtividade da concessionária, que é estimado e que será descontado anualmente, como nós vamos ver lá na frente. Você tem, então, uma variação da tarifa pela inflação e menos o desconto da produtividade que se espera que a concessionária ganhe ao longo dos anos seguintes. Além disso tem também e será adicionado um fator chamado de fato de qualidade, que não incidirá agora, mas futuramente, em que se colocam algumas metas para a concessionária e se ela conseguir atingi-las, ela terá um pequeno ganho. Se ela não conseguir atingi-las, terá um decréscimo tarifário. Aqui, é uma breve retrospectiva do que aconteceu no último ciclo tarifário, o ciclo 14. Desde 2014 - que, na verdade, vinha lá do final de 2013, que era a data da revisão. Em fevereiro de 2014, como vocês devem ter tido notícias, São Paulo passou pela pior crise hídrica de sua história em 85 anos. Em fevereiro de 2014 foi instituído o PIRCA, que era o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água na grande São Paulo e que dava bônus, descontos nas tarifas para o consumidor que economizasse água, que consumisse menos água do que a sua média. Em abril de 2014 nós concluímos a primeira revisão tarifária ordinária da Sabesp e o resultado que foi obtido, em razão da crise hídrica e dos bônus, descontos que a Sabesp estava dando para estimular a redução de consumo, a empresa decidiu aplicar isso mais tarde. Foi aplicado em dezembro de 2014. Foi aprovado em abril e ela aguardou até dezembro para consolidar o programa de bônus - a ideia do desconto que estava embutido para o

consumidor que usasse mais racionalmente e reduzisse o consumo de água por causa da crise - e em dezembro aplicou. A crise durou de 2014 a 2016. Foram dois anos muito severos. Em vários meses desses anos os níveis de redução de afluência hídrica foram os piores da história. Foram recordes. Em alguns meses, dois ou três, em que tinham registros negativos sucessivos. Os piores registros. Para se ter uma ideia, choveu metade nesse período da chuva que havia acontecido no pior ano de seca, que foi 1953. Foi um período muito grave. Nós fomos obrigados a fazer - porque é obrigação da agência manter o equilíbrio econômico e financeiro da concessionária e houve um fato relevante, uma mudança extraordinária - uma revisão tarifária extraordinária, que está prevista na lei 11.445, no artigo 38. Além da revisão ordinária, que é feita a cada quatro anos, e do reajuste anual, que é uma atualização monetária, é possível, quando necessário e obrigação do regulador, fazer uma revisão tarifária extraordinária para evitar que a concessionária entre em desequilíbrio econômico-financeiro e a concessão passe por problemas graves. Isso foi feito em maio de 2015. Em março de 2016, dada a melhoria da situação hídrica, foi, finalmente, encerrado o programa do bônus e a tarifa de contingência que havia sido instituída no início de 2015. Alguns consumidores simplesmente ignoravam a solicitação de se manter dentro do consumo médio. Quem se manteve dentro do consumo médio não ganhou o bônus, mas não tinha penalidade até o início de 2015. Se passou a aplicar uma tarifa de contingência mais alta para esses consumidores. Quando acabou a crise hídrica, foi encerrado o programa do bônus e também a tarifa de contingência. Em abril de 2016 - como eu disse, de ano em ano é feito o reajuste anual - foi feito o reajuste tarifário anual normal e a ideia era que em abril de 2017, ou seja, no ano passado, estivéssemos

concluindo a segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp, porque já tinha passado quatro anos desde a data originária, que era lá em 2013 e sofreu atraso. Entretanto, em razão de problemas administrativos - tivemos problemas com a licitação para contratar consultoria de apoio à revisão, teve impugnação, teve ação judicial que foi vencida pela Sabesp porque um dos licitantes não se conformou com o resultado recorreu à justiça, não tinha razão e perdeu, mas isso acabou atrasando. Qual foi a decisão da agência: fizemos a revisão tarifária em duas etapas. Em outubro do ano passado fizemos uma revisão preliminar, já avançando alguns parâmetros que tínhamos conhecimento e que já tínhamos como trabalhar e demos um reposicionamento tarifário das tarifas naquele momento. Continuamos e estamos agora concluindo a revisão tarifária após termos feito todos os passos necessários. Até dez de maio de 2018 divulgaremos o reajuste, o reposicionamento tarifário da Sabesp e também, claro, como já passou um ano, terá o reajuste. No final vamos dar qual é esse índice de correção. Nessa primeira etapa nós usamos a mesma metodologia da anterior. Foram feitas avaliações dos componentes do preço para o próximo ciclo, ou (PEC) [00:15:38] que são as despesas de custos operacionais (CAP) [00:15:40] que é o investimento previsto da concessionária. Projetamos a demanda de água, qual a receita prevista e qual a oferta de água associada à demanda que se tem de atender, os investimentos e etc. Foram criadas metas regulatórias para o índice de perdas de água e para as receitas irre recuperáveis - ou seja, inadimplência que a concessionária não consegue, apesar de todos os esforços, recuperar algumas perdas de faturamento. Foi determinado também uma estimativa inicial da base de remuneração regulatória. Isso é o que chamamos de base blindada, o conjunto de investimentos já existentes e que vieram da etapa anterior ao qual se

acrescenta a base incremental, que é o conjunto de todos os investimentos: o valor de todas as obras, ativos da Sabesp, voltados para a prestação dos serviços de água e esgoto. Também foi determinado naquela etapa o chamado custo médio ponderado de capital, que nada mais é que a taxa de remuneração que é aplicada aos investimentos que a concessionária tem, ao capital que ela tem investido no negócio. Essa taxa de remuneração tem um nome, que é chamado de custo médio ponderado de capital porque você pega quanto a concessionária tem de capital próprio aplicado no negócio, quanto ela tem de empréstimos e financiamentos, que se chama capital de terceiros - fora os acionistas - e aí se chegou, aplicando a taxa (OAC) [00:17:14] a taxa de remuneração aos capitais aplicados ali, calculando o retorno, a recuperação dos capitais já aplicados e os custos de (CAPEX, IOPEX) [00:17:23] de despesa operacional, chegou-se naquele momento a um índice de reposicionamento tarifário preliminar de 7,88 por cento. Foi esse o índice que em outubro de 2017 se autorizou a concessionária Sabesp a praticar. Ela passou a aplicar isso nas tarifas e então, como prevê a lei, um mês depois, que é a partir de novembro de 2017. Na segunda etapa, nessa etapa final que nós estamos fazendo agora, nós fizemos uma análise da revisão da metodologia adotada e se decidiu manter a mesma metodologia financeira, tendo em vista que isso exigiria uma preparação um pouco maior. Verificamos também a situação econômica-financeira da concessionária no ciclo que estava encerrando e que passou, os ajustes compensatórios do ciclo encerrado, ou seja: quando nós terminamos um ciclo e vamos fazer a revisão para o ciclo seguinte, nós analisamos o anterior e vemos se tem alguns ajustes compensatórios a serem feitos. Por exemplo: a concessionária tinha uma previsão de realizar investimentos. Se ela realizou os investimentos previstos, se realizou a

maior ou a menor, é feito o ajuste compensatório necessário. Além disso, também determinamos esse fator X, que é esse redutor dos reajustes anuais - o índice de eficiência a ser considerado a partir, agora, de 2018 para a redução da variação anual da inflação aplicada nas tarifas. Foi desenvolvido o índice geral de qualidade, que será aplicado nos reajustes tarifários anuais a partir de 2019 e foi determinada a base de remuneração regulatória definitiva. O valor de todos os ativos e investimentos aplicados pela Sabesp no negócio. Além disso, também fizemos uma apuração de quais ajustes compensatórios devem ser feitos tendo em vista que houve a apuração de um PO preliminar. Como eu disse, no ano passado fizemos uma revisão preliminar que está sendo concluída agora. Então, a etapa inicial da segunda RTO - que é a segunda Revisão Tarifária Ordinária - foi feito aí. Além disso, também foi fixado um percentual da receita da concessionária a ser aplicado em pesquisa, desenvolvimento e inovação, P&D. Isso é algo que já acontece no setor de distribuição de gás canalizado. As distribuidoras de gás canalizado do Estado de São Paulo Comgás, Gás Natural, São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora, já são, obrigatoriamente, aplicadoras de um determinado percentual em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para o setor de gás. No setor de energia elétrica nós também temos os projetos de P&D e eficiência energética, racionalização de consumo e etc. Estamos, então, criando para a área de saneamento para a busca por novas soluções e melhorias, o que vai entrar em vigor a partir do próximo ano, de 2019. Aqui, o cronograma dos eventos. Como eu falei, essa segunda etapa começou com a publicação de uma nota técnica da Arsesp onde está proposta a metodologia a ser adotada para a revisão. Essa nota técnica ficou em consulta pública de 17 de janeiro deste ano até cinco de fevereiro. Foram recebidas diversas propostas dos interessados e também

foi realizada uma audiência pública nesse período, sobre a proposta de metodologia. A seguir, nós publicamos o relatório de contribuições recebidas, deliberamos qual seria a metodologia a ser aplicada, pedimos dados complementares do plano de negócios da Sabesp, analisamos e publicamos o relatório das contribuições recebidas, as eventuais mudanças, sugestões acatadas e a nota técnica final da metodologia em 27 de fevereiro. Começou a discussão, a partir da definição da metodologia a ser adotada, do cálculo do novo preço médio de água e esgoto da revisão tarifária. Nós fizemos a análise dos dados até 22 de março de 2018 e abrimos, então, essa consulta pública que está aberta hoje e a audiência pública que estamos realizando hoje - como eu disse, fizemos três - sobre essa proposta de PO final. Até o dia 17 de abril os interessados podem entrar no site da Arsesp, pegar e analisar o material e enviar suas opiniões, sugestões, comentários que serão analisados pela agência. Até o dia nove de maio a agência publicará um relatório sobre todas as contribuições recebidas e comentado e vai publicar também uma nota técnica final e a proposta do PO final. É isso que nós estamos trazendo aqui para vocês hoje, para essa discussão e no dia dez de maio será publicado o reposicionamento tarifário da Sabesp mais o reajuste anual, que incidiu. Aqui, é uma fórmula bastante complicada, mas, no fundo, essa fórmula reflete o quê: para o período de quatro anos, aquele RR ali em cima, pequenininho, é a receita requerida. Como é que você calcula a receita necessária para a Sabesp durante esse período de quatro anos para que ela recupere todos os seus custos, recupere sua base de remuneração e uma parte da sua base aplicada e remunere seus investimentos e sua base de remuneração já descontada a parte da depreciação do valor já recebido. Ali tem a base de remuneração, que é o conjunto, como eu disse, de ativos, de

obras em serviços e das obras em andamento que serão feitas. Elas são remuneradas com o custo médio ponderado de capital, a recuperação do capital por depreciação e amortização, custos e despesas operacionais, o valor das PPPs, que são as despesas da Sabesp com as parcerias público-privadas, os recursos previstos para fundos de saneamento municipais, despesa de pesquisa e desenvolvimento, investimentos previstos, impostos e variações de capital de giro, que é o capital que a concessionária usa no seu dia a dia. Além do valor imobilizado, investido, ela tem também recursos para girar os negócios que são considerados. Aquela fórmula é o que registra e condensa isso. A primeira coisa, quando vamos fazer uma revisão tarifária é projetar qual é o mercado a ser atendido, qual a demanda de água, qual a necessidade de água? E isso é feito através de uma projeção da demanda residencial, da demanda não-residencial - que inclui comércio, indústria, consumo público e o próprio consumo da concessionária - e da demanda das permissionárias - municípios para os quais a Sabesp fornece água ou serviços de tratamento de esgoto no atacado: coleta e tratamento. A primeira parte é a demanda desses serviços de água e esgoto. Depois disso, nós calculamos com base em alguns parâmetros, por exemplo: o volume residencial depende do número de economias existentes, residenciais em toda a área da Sabesp e qual o índice de atendimento dessas economias. Você tem uma quantidade de domicílios que podem ser atendidos e aqueles que efetivamente vem sendo atendidos. Se calcula, então, com base em um consumo médio unitário, com dados históricos e etc, qual é o número de economias residências existentes e qual é o consumo médio e então o volume total de água que será consumido nas residências. Tendo em vista as residências que contam com o serviço de esgoto, é calculado também o percentual correspondente aos serviços de

esgoto naquelas residências que são atendidas pelo esgoto. Aqui é uma estimativa do mercado residencial, o número de domicílios, estimativas da Sabesp, em cima. Aqui, é o número de domicílios atendíveis. Então, vemos que o atendimento de água evolui de 94,9 por cento em 2016 e deverá chegar a 95,7 por cento dos domicílios em 2020. O esgoto sairá de 82,4 por cento de 2016 e deve chegar a 86 por cento de atendimento em 2020. Embaixo é o número de domicílios que poderiam ser atendidos em água e em esgoto, em milhões. Você tem em 2020 11,1 milhões de domicílios atendíveis em água e 11 milhões de domicílios atendíveis em esgoto. A projeção, como eu falei, é feita tanto pela Sabesp quanto pela Arsesp. A Sabesp faz sua projeção e a Arsesp analisa essas projeções, aceita e faz os ajustes que ela entende e que são devidos. Temos um consumo médio estimado pela Sabesp - o consumo médio mensal de água, que está ali em cima: 10,78 metros cúbicos por economia, por mês em 2017, chegando em 11 metros cúbicos em 2020. A Arsesp analisou os dados concretos existentes e fez as suas projeções, chegando a um número pouco maior: entende que vamos ter 10,95 metros cúbicos de consumo em 2017 chegando a 11,17 metros cúbicos em 2020. O volume é importante porque quanto maior for - você divide os custos e a remuneração do capital pelo volume. Um volume maior significa uma tarifa um pouco menor. É importante fazer isso. Aqui, o volume medido de água das residências. Quanto vamos ter aí. Em 2020, a estimativa da Sabesp foi a de que chegaremos a um bilhão e 404 milhões de metros cúbicos. A nossa estimativa é de um bilhão e 426 milhões de metros cúbicos. Aí tem todas as outras estimativas, do residencial. Depois, se passa a mesma coisa para o volume do mercado não-residencial: o número de economias, o consumo médio unitário por economia. Chega-se ao mercado não-residencial de

água que é bem menor do que o mercado residencial. As economias ativas que tem esgoto também, o que se estima do esgoto. O total, então, para o mercado não-residencial e aí vamos para o mercado das permissionárias - que são as empresas que recebem a água da Sabesp por atacado ou serviços de coleta e tratamento de esgoto. Nós fizemos um ajuste também no ponto de partida previsto pela Sabesp, que era de 249 milhões de metros cúbicos em 2017 para 275 milhões. Nós observamos que depois da crise hídrica houve uma recuperação mais significativa. O resultado final é de 261 milhões previstos pela Sabesp. Nós chegamos a 292 milhões. Um volume quase dez por cento maior. Aqui é o comparativo entre projeção das várias variáveis do mercado de água final da Arsesp e da Sabesp. Tem o total de economias ativas, número de ligações ativas, volume medido de água, volume medido de esgoto. Vamos ver que lá pelo ano de 2020 chegaremos a um volume medido de água de um bilhão e 629 milhões de metros cúbicos e um volume faturado de um bilhão e 958. Faturado porque, como vocês sabem, consumidores que consomem até dez metros cúbicos pagam efetivamente dez metros, ainda que o volume medido seja um pouco menor. Por essa razão que o volume faturado é um pouco maior do que o medido. E um volume de atacado de 259 milhões de metros cúbicos. Aí tem a comparativa entre as projeções que nós já comentamos aqui, da Arsesp e da Sabesp - as da Arsesp ficaram um pouco maiores. Vamos partir, agora, para calcular qual é a oferta de água. Você tem uma demanda e para atendê-la você tem de ter uma oferta de água. Essa oferta de água, na verdade, tem de considerar outras coisas além da demanda residencial, não-residencial e a demanda de atacado, você tem outros usos da água e você também tem perdas. Todo sistema hidráulico acaba tendo perdas. Perdas reais e perdas aparentes que fazem com que o volume de água a ser

produzido seja maior do que aquele que é exclusivamente da demanda residencial e não-residencial. Você tem de produzir mais, prevendo que exista uma perda. A projeção de perdas de água também é considerada porque você tem de produzir água em uma quantidade suficiente para atender a demanda, as perdas e nós consideramos também o que chamamos de trajetória de perdas regulatórias. Você tem as perdas reais da Sabesp e as perdas que a agência entende que ela deveria se esforçar para reduzir. Aqui, o volume a ser produzido de água, terá de atender a demanda de água total, que é residencial, não-residencial e atacado; cobrir as perdas regulatórias, como nós as estimamos e usos especiais da água. As perdas regulatórias, como eu disse, tem um impacto nos custos operacionais e são calculadas em um índice que é em quantos litros por ligação de água se perde por dia. Esse é o índice que a International Water Association - IWA - utiliza, o Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS -, que está lá no Ministério das Cidades, usa também esse índice e os contratos de programa da Sabesp com o município também estão fixados nesse índice. Essa trajetória que eu disse que a agência fixou, a trajetória regulatória, tem as metas contratuais como um ponto de partida, porém elas serão analisadas em cada município e nós temos um volume de perdas que a Arsesp estima que a Sabesp deveria atingir. Assim, se faz uma trajetória de longo prazo da produção para atender esse volume de água. Os chamados usos especiais que estavam ali na anterior: você tem demanda de água total, residencial, não-residencial e atacado, as perdas regulatórias e agora os usos especiais. São usos sociais, usos operacionais da concessionária, usos emergenciais - por exemplo, o caso do Corpo de Bombeiros que usa lá os hidrantes e etc. e que está previsto. Além disso, tem uma estimativa de usos sociais, que são as comunidades que, em situação

irregular, mas possuem alguma forma de abastecimento, que também é estimada. A quantidade de água para usos especiais é um percentual histórico, que acompanha os demais usos, a demanda de água total e perdas. A partir daí, nós então fixamos, com base em um índice de 26 concessionárias um percentual de perdas que nós estimamos em 242,38 litros por ligação, por dia. A Sabesp hoje está em torno de 300 litros por ligação, por dia, que seria o ponto de chegada da concessionária. É uma trajetória em que estimamos que ela deverá reduzir as suas perdas. Ela teria perdas equivalentes a 26,4 por cento em 2020, começando com um índice mais alto agora, próximo dos 30 e chegando em 2020 em 26,4 por cento. Aqui é uma comparação entre as perdas de água estimadas da Sabesp. Ela propõe sair dos 300 e chegar em 281. A nossa meta foi de 300 para 242. Esse é um dos assuntos que está em discussão. Certamente a concessionária deve comentar isso também. Com base no índice de perdas e no consumo, etc., se chega a um volume a ser produzido de água. Está ali colocado o volume de dois bilhões e 758 milhões de metros cúbicos de água em 2017, chegando a dois bilhões e 804 milhões de metros cúbicos ou dois trilhões e 800 bilhões de litros em 2020. A partir daí, vamos calcular os custos operacionais: o quanto a concessionária tem uma relação entre os seus custos operacionais e esse volume. Você tem os materiais de tratamento, energia elétrica e outros custos de pessoal estão envolvidos aí. A Arsesp analisa todos esses custos - os custos operacionais - e, se for o caso, ela pode aplicar glosas. Corta alguns itens, não reconhece, ou reduz o montante que está colocado para alguns outros itens. Com isso ela projeta o que se chama drivers, que é uma palavra em inglês e quer dizer os direcionadores. Com base em um volume de água e em uma relação entre volume de água e os insumos, vamos projetando quanto ela teria de

custeio, quanto será reconhecido. Você tem um cálculo de consumo unitário, que é a relação entre o PEX e o respectivo driver, o direcionador de custos para materiais gerais, serviço de terceiros e despesas gerais. A Arsesp projeta isso considerando o consumo por unidade de 2016 para cada um desses drivers. Aí calcula coeficientes técnicos. Número de empregados, gigawatt/hora de energia elétrica, tonelada de materiais de tratamento e também os preços em relação a cada um desses itens. Despesa de OPEX por empregado, também do gigawatt/hora, tonelada de materiais e etc. Tudo isso foi calculado considerando a base de 2016. Toda a revisão foi calculada em uma mesma base de preço que é de dezembro de 2016. A partir daí nós fazemos os ajustes considerando as despesas operacionais e os custos não-reconhecidos e é feita uma exclusão. Se faz uma análise por natureza de conta e nós incluímos ou reduzimos ou eliminamos, excluimos estimativas e projeções, revê e faz ajustes quantitativos. A partir disso, a projeção da OPEX por custos unitários para o sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e para os sistemas comerciais e administrativos da concessionária. Além disso, nós decidimos incluir a contraprestação, o pagamento que a Sabesp faz nas parcerias público-privadas. São empreendimentos que são realizados por uma empresa que faz esse empreendimento e entrega-o para o uso da Sabesp, que faz um pagamento durante 20 anos como contrapartida. Após 20 anos esse empreendimento passa a ser de propriedade da Sabesp. O tratamento que foi dado é que esses empreendimentos não fazem parte da base de ativos da Sabesp. Eles só virão a fazer parte e passarão à propriedade da Sabesp ao fim do pagamento da PPP, daqui a 20 anos. Os pagamentos que são feitos foram incluídos em despesas operacionais e isso, o valor desses ativos, não está incluído aí. Em 20 anos, quando ela terminar de pagar,

recebe isso, mas já está totalmente amortizado. Ela recebe e isso entra em sua base, mas não é uma base remunerável. Isso já estará totalmente amortizado, como nós falamos. Aqui, os ajustes regulatórios que foram feitos nas despesas de pessoal, materiais gerais, material de tratamento, serviço de terceiros, energia e despesas gerais. Houve uma redução pela Arsesp de 5,3 por cento dos custos operacionais projetados pela Sabesp conforme os dados analisados. Aqui, o que nós usamos, como eu disse, para projetar. No caso de pessoal, número de empregados e salário médio - como evolui o salário médio, em materias gerais usamos o custo por unidade, em materiais de tratamento também, serviços de terceiros, energia elétrica, o preço por unidade de metro cúbico e o consumo específico - claro, quanto maior a quantidade de água, maior a energia elétrica usada para bombeamento e o mesmo no caso do esgoto - e despesas gerais também. Aqui nós temos uma comparação entre as despesas de OPEX da Sabesp e OPEX da Arsesp. A diferença percentual média que se observa no período dos quatro anos da revisão tarifária - essa é a previsão. Aqui, já falei das parcerias público-privadas e a locação de ativos - nos ativos que são alugados consideramos o pagamento pelo uso dos ativos ou a contraprestação das parcerias público-privadas. Nesse caso, esse item da despesa não sofre o fator X, porque é uma contraprestação financeira, então não há que se falar em ganho de produtividade. Ela terá de pagar aquela prestação fixa e conhecida. Ao final do ciclo vamos fazer ajustes e, como falei, nós não vamos incluir no CAPEX, no investimento da concessionária, os valores das PPPs e locação de ativos porque já estão reconhecidas nas despesas operacionais e agência está trabalhando para uma metodologia final, já para a terceira revisão tarifária de avaliação desse tipo de empreendimento, que é diferente. Aqui, as receitas irrecuperáveis

e perdas de faturamento. Foi adotado um conceito chamado de age - que é a idade da conta e se pegou o período de 48 e 60 meses de atraso. Nesse período, nós verificamos que do total do faturamento cerca de 1,29 por cento são receitas não-recuperáveis. A concessionária não consegue receber. Nós consideramos esse 1,3 de percentual como uma perda, que a concessionária não vai conseguir obter essa receita, então ela é compensada por isso. Não foram reconhecidos como perdas os valores referentes a grandes devedores. As perdas no atacado nós entendemos de grande valor. A concessionária move ações judiciais e toma as medidas necessárias para recuperar esses valores de grandes devedores. Os valores de grandes devedores têm outros mecanismos de cobrança e nós entendemos que não deveríamos lançar nos custos gerais dos outros consumidores. Esse fundo de pesquisa e desenvolvimento para a inovação, como eu falei, é similar ao de energia elétrica e do gás e foi fixado um percentual de 0,05 por cento, um décimo de meio por cento da receita direta no ano de 2020, o que já vai corresponder a sete milhões e 345 mil reais de dotação para o fundo de pesquisa e desenvolvimento. Isso é um percentual da receita da Sabesp. Além disso, também se previu aí um chamado fundo para os dispêndios municipais de saneamento. A lei 11.445 prevê a possibilidade de se criar fundos municipais de saneamento. O município fazer ações voltadas para a universalização do atendimento. Existem situações e alguns casos em que cabe ao município e é muito mais adequado que o município aja quando você tem uma situação social envolvida ou questões voltadas, eventualmente, para desapropriação e alocação. A ideia, então, foi de se criar aqui um percentual equivalente a quatro por cento da receita do município, que seria reconhecido nas despesas da Sabesp e aí, cada município que aprovar uma lei para a criação

desse fundo irá receber da Sabesp e a Sabesp será posteriormente compensada em até quatro por cento da receita líquida anual da Sabesp. Isso está previsto aí. A concessionária, também no (âmbito) [00:42:17] do artigo 38 está repassando um percentual disso. À medida que forem sendo criados fundos, isso será contabilizado e ao final desse ciclo vai se fazer um balanço de contas e será, inclusive, feito o ajuste para a Sabesp. Esse é o limite regulatório, que é o limite máximo. Se algum município criar um fundo e pretender um percentual menor, essa diferença entre o limite de quatro por cento e esse percentual fixado deverá incidir apenas no município, exatamente para padronizar isso aí. Aqui, outras receitas e receitas indiretas. Nós sabemos que além da água e esgoto a concessionária tem outras receitas e receitas indiretas que também devem ser computadas. São ganhos que a concessionária tem e que se somam à prestação de serviço. Isso aqui é importante para sabermos quanto ela tem de outras receitas. Quanto mais ela tiver de outras receitas, menos precisa recuperar via tarifa. É um percentual relativamente pequeno, mas tem de ser considerado, porque nós sabemos que a concessionária tem esse recebimento. Aqui é o valor histórico das receitas indiretas. A receita direta da concessionária, para vocês terem uma ideia, em 2016 foi de 11,3 bilhões e as receitas indiretas representaram apenas 1,5 por cento, mas são 174 milhões. Isso é considerável (se olharem) [00:43:46] 2016, ali, 174 milhões de receitas indiretas. É um pequeno percentual da receita direta tarifária. Aqui, as outras receitas. São diferentes tipos de receitas. Indenização, ressarcimento de despesas, multas, cauções que ela recebe e etc., serviços técnicos prestados e isso dá um total, em dezembro de 2016, de 77 milhões. Anteriormente nós tínhamos 174 mais 77. São 200 e poucos milhões no ano de 2016 e, como percentual, é pouco, mas é um valor significativo absoluto.

Aqui é o custo médio ponderado de capital. O WACC - a sigla em inglês para weighted average cost of capital, que é o jargão técnico que se usa, mas é o custo médio ponderado de capital. Você considera o capital próprio que a Sabesp utiliza, representa 58 por cento dos recursos que ela coloca no negócio. Capital de terceiros - que são empréstimos e financiamentos - representam 41,17 por cento. Você calcula o custo do capital próprio vezes a participação do capital próprio. O custo do capital de terceiros vezes a participação do capital de terceiros e chega-se a um WACC final após impostos em termos reais que estão na última linha, o item 18, de 8,11 por cento. O capital aplicado pela Sabesp é remunerado em 8,11 por cento ao ano. Aqui são os valores dos investimentos calculados para o período. Em 2017, cerca de 2,5 bilhões de reais. 3,7 bilhões previstos para 2018, 2,2 bilhões para 2019 e 3,2 bilhões de reais a serem investidos em 2020. Tudo isso a preços, como eu falei, de dezembro de 2016. Depois nós temos de corrigir isso, porque nós colocamos tudo na mesma base de preços para fazermos nossos cálculos. Além disso, a Arsesp fez uma projeção dos juros das obras em andamento. Toda obra que está em andamento, a concessionária está dispendendo capital, então é considerado também um juro sobre essas obras em andamento. Antes era feito de um único prazo, um prazo padrão de 18 meses. Nós resolvemos abrir dependendo do tipo de aplicação. No caso de redes, será considerado por até 12 meses a remuneração de obras em andamento. No caso de estação de tratamento são 24 meses e captações de reservatórios, 18 meses, que é considerado o prazo médio para essas obras. Se a concessionária, por alguma razão, atrasa e a obra demora mais do que isso, ela não recebe juros por causa do atraso, que são a remuneração de obras em andamento. Não se paga juro de obra em andamento sob investimentos de outra natureza, como

desenvolvimento institucional, operacional, serviço especial, ligação, hidrômetro, que são outros tipos de investimento. Aqui é o volume total de capital aplicado pela Sabesp. Nós tínhamos aqui no primeiro ciclo, no ciclo anterior, uma base blindada depois que fechou o primeiro ciclo, da primeira revisão tarifária ordinária, que, atualizada, era de 27 - ali não está a quantidade, mas não é 27 milhões, é 27 mil reais. São 27.169.186 milhões, ou 27,2 bilhões de reais. A isso, nós temos de somar os investimentos de 11,2 bilhões que foram feitos no período, chegando a uma base total regulatória de 38,4 bilhões. Como nós dissemos, retiramos da base o valor das parcerias público-privadas, 424 milhões, chegando, então, de 38,4 a 37,9 bilhões de reais. Além disso, tinham os valores da base de ativos de vários municípios, mas só se consideram as aquisições onerosas, quando houve um pagamento, uma contrapartida efetiva, em relação a isso. Então, como não foi feita essa demonstração, também descontamos 387 milhões e chegamos a uma base de remuneração regulatória final de 37,6 bilhões. Que, a preços de dezembro de 2016, equivale a 38 bilhões e 267 milhões de reais. A partir daí nós chegamos a preços de (dezembro) [00:48:21] mas já estávamos no meio no ano. Nós tivemos de considerar também os investimentos que ela fez - e que estão no quadro debaixo, de julho a dezembro de 2016, o quanto ela investiu e a remuneração desses novos investimentos dela. São mais 745 milhões. Das despesas, que são capitalizadas no investimento, uma parte são segregadas e consideradas como despesas voltadas para a realização de investimentos - 84 milhões, menos a depreciação ocorrida de julho a dezembro. Foi deduzido 506,6 milhões de reais e a depreciação do período de julho a dezembro de 2016, dos investimentos de andamento, 4,9 bilhões. E além disso, se descontou também 136 milhões, que são as baixas. São ativos que chegaram ao final

da sua vida útil contábil, ainda que estejam em funcionamento, já foi recuperado integralmente o valor, então se descontou 136 milhões. A base final regulatória, o capital aplicado pela Sabesp a ser considerado na revisão a preços de dezembro de 2016 era de 38 bilhões, 449 milhões, 876 mil, 249. Aqui é o capital circulante regulatório. Como eu falei, é o capital de giro. Nós temos de considerar o quanto ela tem de dinheiro para girar os seus negócios, para fazer pagamentos enquanto espera recebimentos e a cada ano é feita uma estimativa de quanto a mais ela teria de variação nisso. Nós temos aí uma base de partida e as variações anuais: 71 bilhões, 38 bilhões, 33 bilhões. Então, ela tem um dinheiro aplicada no negócio, isso aí é capital de giro que a gente chama, o ativo circulante, menos o passivo circulante, é quanto ela tem de dinheiro no seu ativo a curto prazo e o quanto ela tem de dívidas de curto prazo; a diferença entre um e outro é o quanto de fato está de dinheiro dela para o giro do negócio. Aqui é a rolagem da base de remuneração. Então, a gente fazendo a base de remuneração de 2017, que é o ponto de partida, até 2020; aqui se acrescenta a base de remuneração lá em cima, na primeira linha, no período anterior. Na segunda linha é a depreciação, ou seja, o valor que ela recupera ano após ano, uma parcela dedutiva. O INCOR é quantos são os investimentos que são incorporados a cada ano e VarWK é working capital, que é capital de giro, capital de movimento, e a variação anual. Então, se a gente soma, pega a base de remuneração inicial, descontada a depreciação, acrescentada as incorporações e a avaliação do capital de giro, então chegamos aí, esse é o valor da base de remuneração ao longo do ciclo. Esse valor é um dos que entram naquela fórmula inicial para saber a cada ano quanto que tem que remunerar e recuperar de capital. Aqui são as despesas de Confins e Pasep que coincidem sobre a água, são os únicos impostos indiretos que tem, a

água não tem ICMS ao contrário, por exemplo, de energia elétrica, e além disso, como a gente faz um cálculo financeiro, calcula também o imposto de renda e contribuição social para que a concessionária de fato obtenha aquela remuneração prevista para cobrir as suas despesas e recuperar o seu capital. Aí saímos para fazer os ajustes do ciclo encerrado, então a gente usou os percentuais efetivos de Pasep e Cofins, ela tem o Pasep não cumulativo, que a alíquota nominal é 9,25%. Entretanto, a concessionária pode utilizar para pagamento de Pasep e Cofins, créditos de fornecedores. Então, a alíquota efetiva que nós usamos é menor do que isso, se não me falha a memória 7,8% é o que ela de fato paga. Então esse foi o percentual efetivo considerado. Valores efetivos de outras receitas, receitas indiretas e capital circulante, a gente eliminou uma glosa, que na revisão tarifária anterior foi feita uma glosa na base de remuneração referente a tubos de ferro fundido, tem uma nota técnica que foi publicada. A gente já havia entendido que isso aí é um material que não estaria mais em uso, a concessionária demonstrou lá que é um material que continua sendo utilizado, então a gente invés de glosar e considerar como se fosse outro material, consideramos os valores originais. Além disso, na revisão anterior, algumas sobras contábeis, coisas que não foram, digamos, demonstradas, ou coisas físicas que não estavam registradas, a concessionária havia já mencionado que ela iria fazer o levantamento disso e o que foi efetivamente comprovado, documentalmente e fisicamente, foi incluído. A gente usou os valores de mobilização do laudo fiscalizado da base, a base é toda fiscalizada e auditada, é contratada uma empresa específica para isso pesa Sabesp e pela agência, independente uma da outra, para o período de setembro de 2011 a junho de 2016. Então a gente usa para julho a dezembro de 2016, o segundo semestre do ano retrasado, na informação

imobilização enviada pela Sabesp para Arsesp. Finalmente, tem um ajuste a ser feito que é a receita da tarifa de contingência. Aquela tarifa cobrada maior de quem ultrapassou o consumo de água, aquele valor tem que ser descontado, foi um valor extra que a concessionária recebeu, a finalidade dele era exatamente inibir o consumo daqueles consumidores que desobedeciam às diversas solicitações para um uso mais racional e reduzir o consumo. Então a tarifa de contingência está sendo considerada aí o valor dela em 2015 e 2016, quando ela incidiu. Foram 408 milhões em 2015 e 191 milhões em 2016, isso está sendo devidamente compensado na base de ativos lá na frente. Então, fazendo todos os ajustes compensatórios do ciclo que foi encerrado, nós temos aí para os anos que passaram, a receita requerida que foi autorizada, a receita requerida mais os ajustes compensatórios considerados, qual era a diferença em reais correntes e a preços de dezembro de 2016; aí se fez o ajuste com base no WACC, se a concessionária investiu a menos ou se ela tinha algum valor a devolver, do mesmo modo que o capital dela é remunerado, o que ela tem a devolver também ela tem que devolver de maneira remunerada pela taxa de remuneração que é WACC. Chegamos a um ajuste a ser aplicado de 664 milhões negativos em desfavor aí da revisão tarifária da concessionária. Aqui os ajustes compensatórios a serem feitos para a terceira revisão, que vão ser feitos na próxima revisão: a contraprestação das PPPs; tributos e contribuições; dispêndios municipais; gastos com pesquisa, desenvolvimento e inovação; o ajuste dos investimentos, o que estava previsto ela de fato terá feito; a variação do capital circulante efetivo; a base de remuneração regulatória; e as outras receitas diretas e indiretas. Aqui nós fizemos, então, o cálculo: qual o fator X? Qual era o índice de produtividade esperado a ser descontado anualmente no reajuste? E

chegou-se a um número de 0,9%. Então, anualmente, se a gente vivesse num país com inflação zero, se o IPCA fosse zero, a cada ano a tarifa da Sabesp seria reduzida em 0,9287%, um pouco menos de 1%, teria tarifas que declinariam ao longo dos anos próximo de 1% ao ano. Como nós temos inflação, 3% ou 4% temos hoje, nessa faixa, então se dá a inflação para corrigir o valor real da tarifa e desconta o 0,9%, então o aumento fica um pouco menor. A gente estima um nível de eficiência constante e recalcula a tarifa de equilíbrio considerando ganhos de eficiência que se espera que ela vai ter. E se pegou uma amostra de empresas comparáveis como benchmarking, como base de comparação para isso. Além disso, como eu falei, foi criado o índice geral de qualidade, o que compõe esse índice? Quais são as quatro coisas que foram colocadas lá? Primeiro, o índice de ligações factíveis de esgoto, quer dizer, existem situações em que existe o esgoto e não está ligado, então que a concessionária se mobilize no sentido de fazer com que de fato ocorra a ligação de esgoto; tem muito consumidor que às vezes não fazem a sua ligação de esgoto, embora esteja disponível. Então esse vai ser um índice a ser considerado quanto ela vai conseguir aumentar a taxa efetiva de ligação, que vai ter um esforço junto a esses consumidores. Além disso, tem um problema que é muito recorrente que serviços feitos de saneamento, em bairros município, e as obras ficam ali, demora para ser feita reposição do pavimento, isso cria muito transtorno. Então se colocou também como uma das metas o prazo para a reposição de pavimento no caso de vazamentos visíveis, novas ligações, a concessionária terá que acelerar a sua ação para atingir as metas. Além disso, as reclamações dos usuários no caso de falta de água ou de baixa pressão da água, então ela vai ter que tomar medidas com relação a isso. E os índices de vazamentos visíveis. Foram esses os quatro pontos que a

diretoria de saneamento da agência colocou no índice geral de qualidade, o chamado fator Q. Esse fator Q, está aí uma tabelinha, a concessionária vai escolher qual é a meta de quanto ela quer melhorar cada ano. Se ela escolher, por exemplo, uma meta de melhorar 0,25% seu indicador de qualidade, que é uma meta tímida, digamos assim, e ficar dentro do 0,25%, aí vai ter uma queda da tarifa de 0,05%. Se ela avançar para uma meta um pouco mais ambiciosa, 0,5%, e ficar no 0,5%, ela não perde e não ganha. Se ela escolher melhorar 0,75% seu índice de qualidade, se ela conseguir chegar, ela vai ter uma variação de 0,05% das tarifas. E supondo que ela escolha a meta mais ambiciosa, 2,5% de melhoria, que está naquela coluna do lado direito, lá em cima, e do lado esquerdo, se ela atingir os 2,5% que ela se propõe, aí vai ter uma melhoria de 0,4% das tarifas dela. É um sistema de estímulos e de penalizações para melhoria da qualidade. Bom, aí nós vamos finalmente então partir para calcular qual é o IRT, que é o índice de reposicionamento tarifário, esse é o índice que surge de uma revisão tarifária. A gente tem uma tarifa efetiva da concessionária que é calculada a partir do histograma, são os dados de consumos efetivos, dos 12 meses antes da determinação das tarifas. Então a gente aplicou as tabelas de tarifas aos histogramas existentes. Eventuais consumidores aos quais a Sabesp deu desconto, grandes usuários, isso aí não é considerado, ela pode praticar, mas a gente considera a tarifa cheia para calcular a tarifa efetiva. Além disso, também colocamos um limite regulatório para as reformas de conta por alterações cadastrais, então são faturamentos que são cancelados, são reformados, a gente fixou um percentual máximo e calculamos a tarifa efetiva e, pelos cálculos todos que foram feitos, nós temos então qual era o preço máximo inicial calculado para o próximo ciclo. Então, a comparação para o preço máximo calculado nessa revisão e a tarifa

efetiva vigente dá o índice de reposicionamento. Aqui é só uma formula de qual será o reajuste tarifário anual, então PT , que são as tarifas no ano T , são iguais a tarifa no ano T menos um, no ano anterior, multiplicado por um mais a avaliação do IPCA, menos o fator X , e mais ou menos o fator de qualidade, depende dele. A data original prevista, como eu disse, da segunda divisão era abril de 2017 e a gente, pelos problemas apontados, acabou se atrasando a primeira etapa e em outubro de 2017, a Arsesp autorizou um IRT preliminar, um reposicionamento preliminar, de 7,88%. A tarifa média vigente é de 3,64 reais por metro cúbico. Então, se a gente pegasse o resultado de abril de 2017, calculado a preços de dezembro de 2016, que é o que foi feito na revisão, e ajustasse para abril de 2017 pela inflação de janeiro a março, ou seja, de quanto seria em 2017, com os novos dados, definitivamente a gente chega a um valor de 3,70, então a gente teria um reajuste que deveria fazer as tarifas chegarem a 3,70. Acontece que isso estávamos falando do ano passado, depois de um ano da data que deveria ter sido feita a revisão, já cabe a incidência do reajuste anual. Então, o reajuste anual a gente considerou uma inflação estimada nos últimos 12 meses, de abril de 2017 a março de 2018, nesses 12 meses, de 2,60%. Essa estimativa ficou muito próxima do que foi a inflação efetiva, nos últimos 12 meses, o IPCA foi divulgado segunda-feira se não me falha a memória pelo IBGE. Terça feira. Terça feira foi divulgado, nos últimos 12 meses a inflação foi de 2,68%, a nossa estimativa era 2,60%. E aí descontando o fator X de 0,9287, o reajuste anual a incidir, adicionalmente a revisão, é 1,67%. Então, o $P0$, que é o preço médio, agora decorrente da revisão, já reajustado até abril deste ano, seria de 3,76 reais por metro cúbico. Acontece que no período de abril de 2017 até outubro, a gente não tinha aplicado nada; então se tivesse aplicado a concessionária teria obtido uma receita um

pouco maior. Se a gente considerar a compensação da receita não obtida, então a tarifa vai a 3 reais e 82 centavos por metro cúbico. Então, considerando 3 reais e 82, que é a tarifa da revisão com todos os ajustes devidos, comparados com a tarifa vigente de 3 reais e 64, significa que o índice de reposicionamento tarifário proposto para a Sabesp é de 4,7744%, pouco menos do que 5%. 4,7%, este é o índice. Então aqui é o resultado, como é que foi calculado, a moeda de cada ano, a tarifa vigente, a tarifa corrigida e a tarifa efetiva de 3,64, na primeira linha do gráfico de baixo, e o PO ajustado que dava 3,82; então, o ajuste a ser considerado dava 4,7%, essa é a proposta da Arsesp. Então, agradeço mais uma vez, acho que a consulta pública é sempre um momento importante para que a agência exponha a sua proposta, a concessionária certamente fará as suas considerações, e todos os interessados que quiserem, que tiverem se inscrito, farão as suas, então agradeço em nome da agência. Muito obrigado, estou à disposição.

F1: Muito obrigada, Boni. Chamamos agora os senhores Marcel Costa Sanches, superintendente de assuntos regulatórios, que iniciará a apresentação da Sabesp, seguido do senhor José Sylvio Xavier, superintendente de custos e tarifas.

Marcel Costa Sanches: Muito boa tarde a todos, quero inicialmente cumprimentar, em nome da Sabesp, toda a diretoria da agência pela realização do evento, todos os servidores da Arsesp que trabalharam nessa revisão tarifária. Cumprimentar aqui também o presidente da câmara, o vereador Antônio Edson pela cessão desse espaço. Cumprimentar os representantes da prefeitura, o secretário de finanças, o Wagner de Souza, representando nesse ato a prefeita de Itapetininga, a doutora Simone. Dizer

para os senhores que esse é um momento importante para a Sabesp, nós estamos aqui encerrando uma etapa do segundo ciclo tarifário da companhia, a agência hoje encerra um ciclo de três audiências públicas, como o doutor Bonifácio demonstrou. Tivemos uma primeira etapa em São José dos Campos, uma segunda etapa na capital de São Paulo e hoje uma terceira, e final, etapa aqui no município de Itapetininga. A Sabesp considera importante esse espaço de diálogo e apresentação junto com a sociedade para a melhoria do processo regulatório. Além de agradecer, quero registrar também aos senhores, que a Sabesp fará a sua contribuição por escrito na consulta pública, como o doutor Bonifácio mencionou, até o dia 17/04 que está preconizado no cronograma oficial da revisão tarifária, sem prejuízo do que nós estaremos apresentando hoje aqui. Bom, nós vamos inicialmente nos ater a apenas 4 itens de toda a exposição do doutor Bonifácio e da nota técnica divulgada pela agência. Vamos tratar aí dos itens das perdas regulatórias, que eu vou pessoalmente conduzir, e depois passarei a palavra ao nosso colega Sylvio Xavier, superintendente de custos e tarifas, que abordará os demais temas. Quero cumprimentar aqui também o nosso superintendente regional, o doutor Ivan que nos acompanha aqui na audiência, agradecer também aos colegas da Sabesp que estão conosco hoje. A abordagem aqui das perdas eu trago a figura de um iceberg, para demonstrar os desafios que a Sabesp e qualquer companhia de saneamento enfrenta no combate as perdas e os esforços necessários para reduzi-las. Essa é uma metáfora que representa aqui os esforços permanentes que devem ser feitos. Se nada for feito, a tendência das perdas é o crescimento natural, ou seja, elas aumentam. Uma vez que as nossas tubulações, equipamentos, o parque de hidrômetros, eles envelhecem, muitos deles já atingem a depreciação total, como o doutor

Bonifácio mostrou aqui, e acabam já nem sendo mais remunerados vias tarifas, então é óbvio que a concessionária tem total interesse em reduzir as perdas mesmo porque também, como o doutor Bonifácio mostrou, elas impactam diretamente nos nossos custos operacionais regulatórios que interferem diretamente na receita da companhia. Então, esse é um ponto importante. Esse esforço enorme, às vezes ele pode não aparecer à primeira vista e requerendo, aí, um segundo esforço adicional para que as perdas efetivamente sejam reduzidas. Então, essa figura demonstra claramente o tamanho do nosso desafio, a cada momento nós temos surgimentos de novos vazamentos, nós temos, infelizmente, ainda no país e na base operada da Sabesp muitas fraudes, em que nós temos que combater isso no dia a dia. Também é preciso entender que não existe uma perda zero num sistema de abastecimento, como foi mencionado aqui, elas são inerentes a qualquer sistema de público de abastecimento de água, ainda mais num sistema complexo como o da Sabesp. A Sabesp, na sua base operada, possui hoje cerca de 8 milhões de ligações e mais de 74 mil quilômetros de rede de água, então o desafio é ainda maior. Mas é claro que a Sabesp também ela é reconhecida nacional e internacionalmente pelo o seu esforço, sendo uma referência para os seus diversos operadores de saneamento no tema combate a perda de água. Quero registrar aqui que a Sabesp reconhece, sim, que há avanços a serem buscados pela companhia no combate as perdas de água. No entanto, nós temos já índices de excelência em alguns municípios do interior do estado, que demonstram que estamos no caminho correto. É um trabalho permanente, perene, persistente que a companhia está desenvolvendo e continuará desenvolvendo ao longo dos anos. Aqui eu faço uma menção específica para as principais ações reconhecidas internacionalmente como ações para

combate as perdas reais, que são as perdas, efetivamente, atinentes a vazamentos nas redes, que respondem por cerca de dois terços das nossas perdas. O desafio maior nesse combate as perdas, como eu disse, é das perdas reais e hoje concentrado na região metropolitana de São Paulo, com a conturbação urbana e a ocupação irregular que temos em muitos ainda locais e no litoral também, e nas grandes cidades nós temos ainda grandes desafios. Essas ações são reconhecidas como melhores práticas internacionais, aqui eu vou destacar para os senhores o item do gerenciamento das pressões, a Sabesp evoluiu bastante nesse sistema, o aprendizado da crise hídrica. Quanto maior a pressão nas redes, maior a tendência dos vazamentos, então a Sabesp tem investido muito em válvulas redutoras de pressão, válvulas de controle ativo das pressões nas redes, vocês sabem que os picos de consumo eles ocorrem em diversos horários do dia, então a companhia tem investido muito nesse controle ativo das pressões. Um outro ponto, que é objeto, inclusive de normatização pelo regulador, é a questão da qualidade e agilidade nos reparos dos vazamentos. A Arsesp hoje tem uma normativa que a companhia é obrigada a atender para reparo dos vazamentos em até 24 horas; a companhia tem atendido isso. Então, isso tudo está dentro desse arcabouço de combate às perdas. Temos um trabalho muito grande de detecção de vazamentos não visíveis, além daqueles que são comunicados pela população através das nossas centrais de atendimento. Tem um trabalho preventivo da Sabesp que é buscar esses vazamentos não visíveis. Ali nós temos pessoal com geofone procurando vazamentos, a gente faz essa varredura em toda a rede da Sabesp. Outro ponto de destaque, além da renovação da estrutura, é a engenharia hidráulica por trás do processo de redução de perdas reais. Quanto menores as superfícies de controle, aqui nós temos uma figura que

ilustra os distritos de medição e controle, os chamados DMCs. As boas práticas recomendam que quanto menor essa superfície, melhor o nosso controle de perdas. Então, essa prática a Sabesp tem sistematicamente feito, muitas delas demoram, sim, tempos, a gente acaba tendo que criar novos setores de abastecimento partindo de reservatórios que não são construídos da noite para o dia, eles levam um certo tempo, mas é o caminho correto que a gente tem feito. Importante aqui destacar, dentro do ambiente regulatório existe uma parcela dessas perdas que é o nível econômico, a gente entende que ainda devemos evoluir nos próximos debates e nos próximos ciclos da regulação, em busca desse nível econômico, mas chegaremos num momento que esse nível econômico vai competir com a modicidade tarifária, então é um ponto de atenção que nós teremos em conjunto enfrentar. Na questão das perdas aparentes, que é outra vertente das perdas, nós temos um trabalho forte de combate a fraudes, a Sabesp possui um entendimento e um convênio com a polícia civil do estado, a inteligência da Polícia Civil que nos apoia nesse trabalho, um trabalho permanente de combate a irregularidades, que tem dado muitos resultados, vocês acompanham via imprensa, a gente tem divulgado bastante esse tipo de trabalho. A renovação dos hidrômetros, hoje a Sabesp, o seu parque de hidrômetros, tem cerca de três a quatro anos que isso nos apoia no combate às perdas aparentes, já que os hidrômetros, em sua maioria, são velocímetros, eles sofrem desgaste natural com o tempo. Importante também atualização do cadastro comercial, cidades são dinâmicas, comércios abrem e fecham, então existe um trabalho de atualização que a Sabesp faz permanentemente. Da mesma forma, existe aqui uma parcela de perda inevitável que será inerente ao sistema e o nível econômico que se buscará ao longo do tempo. Bom, como é que a Sabesp

lida com esse assunto? Ela tem um programa permanente, que foi estrategizado em conjunto com a agência de cooperação do governo japonês, que é referência mundial no combate às perdas, que é a JICA, onde nós temos um objetivo claro de atingir uma redução consistente de perdas no longo prazo. A Sabesp trabalha com isso há muitos anos, o financiamento do governo japonês nos assegura a qualidade e a metodologia conhecida para todo esse dispêndio com treinamento, inclusive, da nossa mão de obra terceirizada, é uma vertente importante desse programa para ter reparos mais consistentes, melhores e mais bem feitos, e como eu disse, saímos aqui de uma situação lá em 2008 numa média de 34% de perdas na micromedição, que correspondem a cerca de 430 litros por ramal por dia, e a estratégia é chegarmos, já calibrado com a meta regulatória da fase preliminar, para 273 litros em 2020. Aqui é importante destacar, trago aqui os resultados ao longo dos anos, embora as dificuldades como relatei para substituição de redes, por exemplo, em situações onde temos ocupações de tráfegos intensos, citar aqui o exemplo da capital paulista. Lá na capital de São Paulo a gente ainda tem perdas elevada, as tubulações são velhas, sim, elas passam muitas vezes de 50 anos, e temos um desafio adicional, que é interromper o trânsito, parar a cidade para poder fazer aquela troca daquelas redes, então a gente vem, com a prefeitura de São Paulo, programando ao longo dos anos isso, não dá para fazer tudo de uma vez. Então, o nosso ponto de contribuição é que qualquer trajetória, qualquer ótica que a gente observe, fica claro que a Sabesp possui uma trajetória consistente na redução de perdas ao longo dos anos. Saímos aqui de 547 litros, como mostramos lá atrás, e viemos numa trajetória descendente. Aqui um destaque na crise hídrica, onde tivemos, o doutor Bonifácio já mencionou, a maior crise hídrica da história

que atingiu aqui o nosso estado, sobretudo a região metropolitana de São Paulo. Tivemos aqui uma recuperação dos mananciais que nos permitiu voltar e ter aqui as perdas ainda sobre controle, mas aqui é importante destacar a redução de cerca de um quarto dessas perdas ao longo do período, essa tabelinha aqui de cima mostra bem isso. Essa linha em azul, que eu estou destacando aqui, ela representa o indicador em percentual, que ainda é difundido, e a parcela efetivamente dos vazamentos que é a parcela de perdas reais. Aqui eu preciso destacar também um resumo dos investimentos previstos no plano de negócios da Sabesp para esse próximo ciclo tarifário. O item Redução de Perdas, ele foi absolutamente priorizado, ele é o segundo item de total de investimentos previstos pela Sabesp no período, montando cerca de 2 bilhões e meio de reais nos próximos quatro anos, só estando atrás dos investimentos em esgoto do Projeto Tietê, que foram reprogramados por conta da crise hídrica. Então, como está colocado, esses investimentos demonstram o compromisso da companhia no enfrentamento na questão das perdas. Para se ter uma ideia, esse nível de investimentos de 2 bilhões e meio de reais, ele supera o montante total de investimentos de praticamente todos os operadores de saneamento do país, então não é pouca coisa. Agora, falando especificamente da nossa contribuição aqui, a questão da definição da meta de perdas regulatórias, a gente entende que precisamos refletir sobre esse tema, como eu havia dito, a Sabesp propôs inicialmente, no seu plano de negócios, uma meta de 281 litros por ligação por dia, correspondente aquele plano de investimento que eu mostrei aos senhores, como a revisão tarifária, ela foi feita, como o doutor Bonifácio explicou, em duas etapas. Na primeira etapa, a Arsesp fixou um limite de perdas regulatórias em 273 litros por ramal por dia, que é essa tabela que eu trago aqui, ela está consignada na deliberação 753 de

outubro de 2017, em que a Sabesp já está correndo atrás, ela já fez uma avaliação desse planejamento, ela já está indo buscar essa meta regulatória que a Arsesp fixou em outubro, em que pese ela ser também compatível com as metas pactuadas nos contratos com os municípios. Os senhores sabem que a regulação ela atua por delegação dos municípios, então para cara um desses contratos de programa existem metas fixadas que a Sabesp tem que cumprir para vários indicadores – cobertura de água, cobertura de esgoto, tratamento de esgoto --, perdas é um deles, e esses investimentos, essas metas caso não sejam atingidas, a própria agência penaliza a Sabesp, ela tem um processo ativo de fiscalização regulatória, que é muito firme e que autua, pune, pecuniariamente, aplica multa na Sabesp se ela não atingir aquelas metas pactuadas nos contratos de programa. Queremos aqui, então, trazer uma contribuição com relação a essa meta de 242, que confesso nos pegou de surpresa, e a metodologia que foi feita. Em que pese a metodologia que foi utilizada pela agência do ponto de vista estatístico, mas a base de dados do SNIS, ela tem problemas e é preciso reconhecer isso. São dados declaratórios, as variáveis de comparação utilizadas elas têm uma certa discrepância, então precisamos comparar sistemas similares e a gente entende que esse ranking das empresas estaduais ele não traduz uma base de comparação consistente, embora reconheçamos os dados que se tem no nível nacional. A sugestão é que a gente possa olhar a Sabesp, como a própria agência colocou, num cluster exclusivo, mas que se façam comparativos internacionais de empresas de porte e características similares da Sabesp, ou uma avaliação mais fina desse assunto. Ratifico aqui a nossa consideração, que essas metas elas são incompatíveis com as metas dos contratos, trazemos aqui nessa tabela a média ponderada dessas metas dos contratos de programa, primeira linha aqui dos municípios regulados

pela Arsesp. A Arsesp, ela regula cerca de 286, agregando os de região metropolitana um pouco mais, dos 368, hoje, municípios operados pela Sabesp. Então, a média ponderada dos contratos de programa foi a meta proposta pela Sabesp no início desse ciclo. E a meta de 242 litros por ligação por dia, mesmo que tivéssemos os investimentos aumentados, neste momento, para 2020, estamos a cerca de 2 anos apenas, tecnicamente ela é impossível de ser atingida, então nós estamos aqui pleiteando uma revisão desse ponto. Então, nesse momento eu trago aqui um comparativo nesse slide que demonstra, do lado esquerdo, as projeções da Sabesp já considerando a meta de perdas fixada pela agência no ano passado, que são os 273. A Sabesp apontou, para atingir essa meta, a necessidade de incremento de investimentos e de despesas, no entanto nós vamos persegui-la. 308 litros e 302 aqui em 2017 são já dados realizados, portanto auditáveis. E a trajetória proposta é que cheguemos em 2020 a 273, em linha com a fixação da fase preliminar da revisão tarifária. Agora, nessa nota técnica final, nessa fase final, a agência resolveu ser um pouco mais exigente com esse item partindo, inclusive, de dados não realizados, essa estimativa ela não é real, como eu disse para os senhores, 2016 e 2017 já estão cumpridos, nós estamos em 302 e não em 285, o que força uma trajetória descendente muito mais ousada do que a Sabesp entende como razoável, por isso pleiteia a sua reconsideração. E, para finalizar aqui, vou passar a palavra ao doutor Sylvio, quero dizer aqui que como referência, como disse aos senhores, nós utilizamos aí a experiência do Japão, que foi a mais exitosa de que se tem notícia, que mesmo assim eles demoraram bastante tempo para atingir patamares considerados excelentes nos índices de perdas. O Japão passou pela segunda guerra mundial, onde praticamente teve uma reconstrução da sua infraestrutura. Aqui a gente

destaca que o índice de perdas demorou 10 anos para ser reduzido de 80% para 20% e ao longo desses 40 anos, foram requeridos muitos esforços para sair dos 20% que eles estavam para chegar em 8,4%. Só que tem uma diferença básica: no Japão não tem favela, as redes são de aço inox, a capacidade de pagamento da população acho que também é diferente da nossa. Então, nós temos que trabalhar dentro da nossa realidade. É isso que eu tinha a demonstrar, vou passar a palavra ao doutor Sylvio. Agradeço pela atenção de todos.

José Sylvio Xavier: Boa tarde a todos. Como dito, até terça-feira próxima, a Sabesp deverá encaminhar todas as suas contribuições a essa consulta pública à Arsesp, elas estarão disponíveis no site. Temos uma variedade de sugestões e contribuições a fazermos. Aqui nós optamos por trazer, então, somente três, dado, inclusive, o restrito tempo que temos, a tecnicidade que tudo isso envolve. A primeira delas que eu reputo, talvez a maior importante das três, tem a ver com o chamado Ajuste Compensatório, ou balanço de ganhos e perdas. Como dito pelo doutor José Bonifácio, antes de iniciar um ciclo tarifário, a Sabesp faz projeções: projeções de despesas, projeções de investimento, projeção de volume que acha que será faturado, projeção de tributos, etc. Essas projeções elas são submetidas à agência, a qual faz suas críticas, faz suas glosas, como demonstrado aqui pelo doutor José Bonifácio. Esse plano de negócios, que são essas projeções, elas vão para uma audiência pública, uma consulta pública, também ocorrem críticas e sugestões da sociedade, até que finalmente você tem essa projeção a qual será base para o cálculo da tarifa para os próximos quatro anos. Ao final do ciclo tarifário, como também foi dito aqui, você faz o balanço dessas projeções, o que nada mais é do que o

confronto daquilo que a Sabesp previu com aquilo que efetivamente aconteceu. Então, a Sabesp projetou um investimento X, aí você, decorrido o tempo, vê que foi Y e você faz esse balanço. Esse balanço ele pode ser favorável à Sabesp ou desfavorável à Sabesp. Se ele for favorável à Sabesp, a Sabesp devolve o montante que excedeu para o consumidor no ciclo subsequente; se ele for desfavorável à Sabesp, você acresce esse montante à tarifa. Nem todos os itens desta previsão eles são passíveis de revisão, tem vários itens que são considerados riscos da Sabesp. Então, se ela for pior que o previsto, ela absorve isso. No primeiro ciclo tarifário, a nota técnica é muito confusa com relação a que itens seriam ou não passíveis desse balanço; a Arsesp melhorou radicalmente neste ciclo, ao final deste ciclo que nós estamos entrando agora, com certeza se terá clareza de que itens são e que itens não são passíveis de balanço, porém no primeiro ciclo foi muito confuso. A leitura e releitura dessas notas que nós fizemos, elas remetem, pelo menos no nosso entendimento, que somente três itens são passíveis de serem feitos esses balanços: receita, investimentos e energia elétrica; nenhum mais. E aqui eu trago o teor da nota técnica, que deixa claro que receita você tem que fazer o balanço, para ver se a previsão foi maior ou menor do que o seu realizado. Se a gente olhar a receita auferida pela Sabesp durante esse primeiro ciclo, ela foi de 36 bilhões contra 39 bilhões que se previa. Então a Sabesp entende que aqui ela tem um crédito. Aqui não está considerado o bônus, que foi aquele instrumento que a Sabesp usou, que ela deu desconto para quem economizasse, porque isso é um dispêndio da Sabesp; não faz sentido agora ela cobrar aquele bônus do consumidor, isso está sendo absorvido por ela. Também a tarifa de contingência, que quem aumentasse o consumo acima da média a gente taxava mais, para provocar uma redução

de demanda. Isso aí também vai ser descontado pela gente. Então, tudo que a Sabesp arrecadou a título de tarifa de contingência, a Arsesp vai descontar o que consideramos correto. Mesmo considerando essas tarifas de contingência, a Sabesp teve, em função da crise hídrica, uma receita de 3 bilhões a menos do que aquilo que se previa. No que concerne a energia elétrica, nós vamos ver uma situação contrária. A nota técnica da Arsesp, na ocasião ela não era muito clara em que número da projeção da energia elétrica a Arsesp acabou adotando. Então, aqui como exemplo, usando o que a Sabesp enviou, aqui nós temos que devolver para o consumidor mais de 400 milhões. Sim, a Sabesp está devedora junto ao consumidor e certamente devolverá. Ou seja, ela previu gastar um tanto de energia elétrica e gastou menos, então nada mais justo que se devolva agora. E o terceiro e último item, ele tem a ver com investimentos. Durante a crise hídrica, a Sabesp teve que fazer um rearranjo nos seus investimentos, acabamos tendo que momentaneamente penalizar um pouquinho o investimento em esgoto e alocar mais recursos para água, porque a crise, como foi dita aqui, foi inesperada. Mas, em termos de montantes globais, a Sabesp investiu 1 bilhão a mais do que se previa, então nós prevíamos 9 bilhões e 200 mil de investimento, acabamos investindo 10 bilhões. Então, tanto em termos de receita, como em termos de investimento, o entendimento da Sabesp é que nesse balanço ela é credora e é devedora no caso de energia elétrica. E nas nossas contribuições essa coisa vai estar muito mais bem esmiuçada, demonstrada e etc. O que a gente entende que não estava previsto fazer balanço e a Arsesp fez, foram nesses itens: Cofins, Pasep, receitas indiretas, outras receitas e capital circulante. A gente lendo e relendo as notas técnicas, a gente não acha nenhuma evidência que diga que esse balanço, nesses itens, tem que ser feito agora. Como eu disse, para

o próximo ciclo isso está muito mais transparente, muito mais claro; certamente não teremos essas dúvidas no futuro. Bom, aqui um detalhe técnico que eu vou passar. O segundo, Base de Ativos, o doutor Bonifácio também expõe bastante, que você tem que entrar com o investimento de capital para fazer essa conta, só que nesse momento a Arsesp não pôs o capital circulante, como foi dito pelo doutor Bonifácio, ele tem que entrar nessa conta. Não só a variação do capital circulante, mas o estoque inicial, então isso aí, do nosso ponto de vista, tem que ser considerado na conta. E, por último, no que concerne a tarifa Média Efetiva. Então, como também foi dito aqui, se calcula essa tarifa de equilíbrio e você tem que comparar ela com alguma coisa, e essa comparação é com a tarifa vigente. Nós não estamos conseguindo chegar a tarifa vigente que a Arsesp chegou, não estou dizendo que eles estão errados, se estão certos, só não conseguimos chegar. Vamos ter que cotejar esses números, no nosso ponto de vista. A nossa tarifa efetiva média está 2,7% menor do que aquela calculada pela Arsesp. Basicamente isso, muito obrigado.

F1: Obrigada. Daremos início neste momento à etapa das manifestações dos expositores, lembrando que obedeceremos à ordem de inscrição e que cada expositor dispõe de até 10 minutos. Chamamos o senhor Eduardo Brandão, vereador da Câmara Municipal de Itapetininga.

Eduardo Brandão: Boa tarde a todos. Particularmente, as nossas reivindicações aqui concernem ao nosso convívio. O que nos pesa aqui, enquanto representantes do povo no mandato de vereador, é realmente os reparos que são feitos na via pública e são deixados abertos, às vezes por várias semanas, tem casos que eu acompanhei que chegaram a 90 dias. O que mais nos prejudica é no centro da cidade. Eu acho que o custo político

é enorme tanto para nós, representantes da população, quanto para a Sabesp, que sempre teve um serviço de excelência em nossa cidade. Gostaria de salientar aqui que não são só críticas, nós sempre estivemos com um serviço de excelência na nossa cidade. Eu, toda vez que eu me manifestei aqui a minha indignação nesse plenário, frisei muito bem a necessidade da Sabesp voltar a fazer concursos para os prestadores de serviço, porque tudo que nós ligamos lá, entramos em contato, a resposta é sempre nos dada: “é a terceirizada”. E eu acho que quando nós tínhamos, eu até fazia uma menção aqui, um exército fardado de azul de pessoas que moravam ao lado da minha casa, pessoas que moravam no meu bairro, que eu encontrava cotidianamente na mercearia, no açougue, era muito mais fácil, porque nós conversávamos direto com essas pessoas que nós tínhamos amizade e não ficávamos refém de um mau serviço prestado por uma terceirizada da Sabesp, as pessoas que a gente nem sabe de onde vieram; elas vêm, fazem um péssimo serviço e vão embora. Tem casos que vindo para a câmara, eu venho todo dia de bicicleta. Tiveram casos que eu saí da sessão da câmara, desci de bicicleta e tinha vazamento aqui na José de Almeida Carvalho, na frente de uma igreja, e o vazamento era constante, era um volume enorme de água. Nós entramos em contato com a Sabesp imediatamente, com o pessoal, e no outro dia, quase hora do almoço, quando eu estava subindo para câmara, me deparei com o mesmo problema, ou seja, quanto foi desperdiçado de água ali e a Sabesp não teve aquela eficiência esperada para estar resolvendo o problema. Então, não é que nós queremos crucificar a Sabesp, é que, realmente, tudo o que acontece em Itapetininga é a senhora prefeita que paga o pato e são os senhores vereadores, conforme o povo diz, não prestam para nada, não servem para nada. Então, nós, enquanto vereadores, não podemos deixar

que um serviço de uma terceirizada pela Sabesp venha acarretar prejuízos políticos e custos enormes para o nosso mandato e para a representação perante o povo. Então, eu acho que hoje nós nos fazemos aqui presentes justamente para trazer essas reivindicações. Outra reivindicação que a população faz, que eu acho que é de total interesse da Sabesp, é com relação ao parcelamento de algumas dívidas. Tem casos de pessoas que por várias circunstâncias, sejam lá quais foram, tentaram regularizar a suas contas de água, para ter o seu abastecimento novamente, e não conseguem ter um parcelamento. Eu acho que seria justo que a Sabesp entrasse num estudo de fazer um projeto social de parcelar em inúmeras vezes e colocar na conta de água do recente mês; vem a conta de água e a parcelinha do acordo para ser pago na mesma conta. Eu acho que isso não é difícil de acontecer e eu acho que regulariza muitas situações da qual a Sabesp acaba deixando de arrecadar e as pessoas ainda incursão em crime, porque elas não ficam sem a água e fazem uma religação clandestina; acaba acarretando multa e essa coisa toda, é um custo político enorme para nós. Então eu acho que é justo que a Sabesp faça um estudo social para realmente dar possibilidade a essas pessoas a estarem acertando essas dívidas e estarem retomando o seu abastecimento de água e esgoto. Temos problemas de alguns bairros que pequenas ligações poderiam ser feitas e a rede já está próxima e encontram uma grande dificuldade. Na verdade diz que o empecilho é por causa de regulamentação de loteamentos, essa coisa toda, mas nós vemos que alguns terrenos no nosso município que são invadidos, nós temos consciência, temos ciência de que são terrenos públicos, são terrenos que às vezes a pessoa entrou e está pleiteando um usucapião, e a Sabesp vai lá e liga um cavalete e nós não sabemos como, não conseguimos entender como, porque o cidadão que compra um

terreninho de sete e meio por 20, encontre inúmeras dificuldades e protocolos de formalidade para estar regulamentando o seu terreno e conseguindo o seu cavalete de reabastecimento de água. Então, eu acho que precisa ver o que está acontecendo, como que elas conseguem comprovar que aquele terreno ali tem regulamentação e conseguem essa ligação de água. O meu parecer é realmente esse. Eu gostaria de aproveitar o momento para me desculpar de alguns de algumas manifestações calorosas que fiz aqui nesse plenário com relação à Sabesp e alguns de seus membros, mas eu gostaria que entendessem que como o chicote estala nas minhas costas, eu tenho que revidar o chicote nas costas de alguém. Me perdoem pelo calor das manifestações em plenário, mas é o meu dever e a minha obrigação. E eu creio que se nós todos entrarmos num entendimento, não haverá dificuldade nenhuma da Sabesp continuar prestando os seus serviços e nós futuramente conseguimos elogiar a Sabesp aqui, continuando afirmando a sua excelência na prestação de serviços do município. A partir do momento que começou esse negócio de terceirizações, eu creio que ficou horrível. Nós recorremos à Sabesp e a Sabesp sempre nos responde que é a terceirizada. Muito obrigado, senhores, desculpa qualquer coisa.

F1: Obrigada, vereador. As apresentações e manifestações estão encerradas. Lembramos que todas as contribuições, bem como cronograma contendo as próximas etapas da segunda revisão tarifárias da Sabesp, estarão disponíveis em nosso site www.arsesp.sp.gov.br. Informamos que os senhores receberão por e-mail um questionário para opinarem sobre o processo de participação, especialmente sobre essa audiência e a consulta pública que se encerra em 17 de abril. Com esses instrumentos, esperamos

coletar contribuições para aprimorarmos a participação social no âmbito das atividades da Arsesp, por isso solicito que aqueles que não preencheram a lista de presença, por gentileza o façam na saída. Passamos agora a palavra ao senhor Paulo Arthur Lencioni Góes, presidente dessa audiência, para o seu encerramento.

Paulo Arthur: Quero agradecer a todos que participaram dessa audiência, todas as contribuições e manifestações são importantíssimas e muito bem-vindas, sejam elas críticas ou sugestões. Quero dizer que com relação ao tema que foi colocado, vou abrir um parêntese aqui, dos problemas que foram apontados aqui ou das questões que foram colocadas, esses assuntos já estão endereçados no âmbito da Arsesp, que vem trabalhando junto com o município, e certamente com o envolvimento inclusive da Sabesp, para que as questões e a qualidade do serviço seja alcançada nos níveis de expectativa dos cidadãos aqui de Itapetininga. Dizer que, já foi falado aqui, mas eu reforço, essa é a terceira audiência pública, nesse processo. Só nessa etapa final é a terceira audiência pública. A primeira foi realizada em São José dos Campos, a segunda foi realizada em São Paulo e a terceira realizamos aqui e o objetivo é justamente esse, é abrir o espaço para que a população se manifeste. Manifeste a sua posição porque o regulador precisa ouvir; a regulação deve ser feita dessa forma, ouvindo aqueles que são usuários do serviço, aqueles que prestam o serviço, as expectativas daqueles que tem as políticas públicas a desenvolver, então esse é o nosso objetivo. Registrar e agradecer também em tempo, a presença do senhor Pedro Zomar, diretor de obras públicas da secretaria de obras públicas. Também do secretário de obras públicas, o doutor Ado, aqui presente representando a prefeitura. Mais uma vez, dizer que a consulta pública

ainda está aberta, ela vai até o dia 17 de abril, então mais contribuições podem ser feitas, podem ser encaminhadas, observado o regulamento, e são muito importantes para nós da agência reguladora. Dizer também, mais uma vez, um agradecimento a todos que nos auxiliam nesse processo, em especial aos servidores da Arsesp, os servidores envolvidos no processo da revisão tarifária, sejam eles da diretoria de regulação econômica, da diretoria de saneamento, da diretoria de relações institucionais também, que nos ajudou aqui. E passar agora a palavra, indagar aqui aos nossos diretores se desejam fazer o uso da palavra. Doutora Paula, não; doutor José Bonifácio, por gentileza.

José Bonifácio: Eu queria reiterar, como disse o Paulo, a importância de a gente fazer esse contato, acho que tivemos uma apresentação da Arsesp, apresentação da Sabesp, outras contribuições serão entregues, certamente serão ouvidas. Quero também reforçar aqui o meu agradecimento, eu estou na Arsesp desde outubro de 2013, então em outubro de 2018 se encerra o mandato de 5 anos e foi um período que deve ir para o Guinness, que nós pegamos lá, atrás da primeira revisão tarifária, a crise hídrica de 2014; a segunda revisão, a revisão tarifária extraordinária e agora, enfim, estamos finalmente chegando, acho que foi bem interessante. Eu quero agradecer aqui, em nome da nossa funcionária Camila que está aqui presente, que coordenou esse processo, quer dizer, o enorme esforço, com muitas dificuldades que a agência enfrentou, em conduzir e levar a ter esse processo que vai chegar ao seu fim daqui a um mês. Então, agradeço a Camila, em seu nome, todos os funcionários da agência, da diretoria de saneamento, da diretoria econômica e financeira, enfim, todos que tornaram possível fazer isso. A agência tem feito o seu papel, recentemente

foi aprovada pela Assembleia Legislativa e deve ser, obviamente, agora implementada uma melhoria na criação de planos de carreira, realização de um concurso público que já está em andamento, então é importantíssima essa institucionalização e que a agência realmente conte com um quadro, com uma perspectiva de carreira e etc., para ela se fortalecer. As agências são importantíssimas para fazer essa mediação entre os interesses de usuários e das concessionárias que exploram os serviços públicos essenciais. Com relação aos problemas que foram apontados, eu acho que certamente a Sabesp tem consciência disso, um deles, especificamente falando, é a questão da pavimentação. Como eu disse, ela consta naquele fator Q, índice de qualidade. É um problema reiterado, ele se repete, não só aqui em Itapetininga, como em vários outros, e certamente isso demanda da parte da Sabesp a busca de algum mecanismo rapidamente, para que, uma vez concluída a obra, isso seja feito. Eu acho que a oportunidade da consulta pública é esta. Essa é uma consulta pública sobre uma revisão tarifária, talvez devesse ter consultas públicas mais a miúdo, talvez a cada dois anos ou a cada ano, sobre outras questões que pudessem ser feitas para que a gente avançasse. Então eu quero agradecer a todos que estiveram aqui presentes, como o Paulo comentou, para a gente, da agência reguladora, este contato é muito fortalecedor, é um contato importante para a gente balizar também o nosso andamento, avaliar e ouvir as opiniões. Então, muito obrigado a todos, agradeço aqui a todos de Itapetininga por nos receberem. Obrigado.

[01:49:03]



audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

falecom@audiotext.com.br

audiotext.com.br